

## IDENTIDADE, DIFERENÇA E CONTEXTO ESCOLAR

Wanilly do Nascimento Félix (1); Daise Lilian Fonseca Dias (2); Ana Carla das Chagas (3)

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; wanillyfelix@gmail.com (1); daiselilian@hotmail.com (2); anacarlachagas05@hotmail.com (3)

**RESUMO:** As questões referentes a identidades e sujeitos sociais estão cada vez mais presentes no espaço escolar e, em virtude disto, é urgente para o professor de Ensino Fundamental e Médio, por exemplo, refletir e compreender como se dão os processos de formação/definição delas, sobretudo buscando estar cada vez mais preparado para atuar, em muitos casos, como mediador de conflitos entre estudantes e possível ouvinte de alunos cada vez mais sem espaço para discussões sobre o assunto no ambiente familiar. Diante do exposto, este artigo visa refletir sobre estes pontos e suas implicações na sociedade moderna, a luz do que postula o sociólogo e filósofo Zygmunt Bauman no seu livro *Identidade* e com base nos estudos pós-coloniais. Para tanto, contaremos com o aporte teórico de Candau (2012), Freire (2015), dentre outros. Refletiremos sobre o papel da escola na construção da identidade, bem como sobre as implicações entre identidade e diferença, bem como os desdobramentos das conotações que ambas tem recebido na contemporaneidade. Por fim, proporemos uma abordagem intercultural da questão em debate como estratégia para a escola brasileira moderna, a fim de garantir a equidade no contexto escolar. A metodologia deste trabalho é a pesquisa etnográfica de natureza qualitativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade, diferença, papel da escola.

### INTRODUÇÃO

O mundo mudou, se modernizou, os tempos são outros. Esta frase é dita e redita já faz algum tempo, não é novidade este discurso. Mas é intrigante refletir sobre o que seria esta mudança ou modernização, quando pensamos no contexto escolar, quando buscamos analisar e compreender as atuais práticas educativas. É verdade que a educação mudou, que avançou, mas será que estas mudanças têm contribuído de fato para o desenvolvimento – no nível desejado - do indivíduo, dos sujeitos sociais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem? É pensando neste questionamento que chegamos à questão da identidade no contexto escolar atual, e nos perguntamos: a questão da identidade tem sido tratada de que maneira na escola moderna?

Faz-se necessário pensar urgentemente sobre isso, pois a escola que se modernizou, infelizmente, ainda traz marcas ideológicas do passado; é visível que as práticas educacionais modernas, por mais modernas que tenham se tornado, ainda propagam o discurso do poder, das classes dominantes, que são minorias,

principalmente nas escolas públicas. As vozes dos sujeitos que realmente compõem estes ambientes são silenciadas e/ou tratadas como “erros”, e que a escola vem tratando equivocadamente como diferente.

Assim as discriminações e pré-conceitos acabam sendo reforçados, quando na verdade se diz que a escola busca combater tais problemas sociais, tratando todos iguais. Talvez seja este o primeiro erro, pois não somos e nem nunca seremos iguais. As nossas diferenças são reais e vão além do social, elas são físicas, genéticas, ideológicas, são de várias naturezas e precisam ser vistas como, de fato, o são, diferentes. São elas que compõem nossas marcas identitárias, que nos constroem e nos definem.

Neste sentido, buscamos uma escola que aprecie as diferenças e não que as veja como um problema. As diferenças precisam ser vistas e respeitadas por todos, dentro e fora do contexto escolar, pois são as nossas diferenças culturais que possibilitam a construção/definição de identidade. Nesse sentido, a interculturalidade é uma prática que viabiliza o respeito ao diferente, e é por isso que abordaremos a interculturalidade como um meio de chegarmos à equidade, sem dúvida um dos maiores anseios do homem moderno. È sobre os pontos acima elencados e outros mais que este artigo se debruça, visando problematizar a questão para o professor de Ensino Fundamental, em especial.

## **METODOLOGIA**

Este artigo traz considerações iniciais que serão melhor debatidas nas nossas dissertações do PROFLETRAS, visto que abordaremos o trabalho com o texto literário partindo de obras que tratam da identidade local e cultural do nordestino, por exemplo. O objetivo é utilizar-se de valiosas discussões sobre identidades e diferenças que os textos literários selecionados ensejam para promover propostas de leitura crítica, reflexiva e desalienante, uma vez que o viés que percorrerá nosso trabalho será na adotado via estudos pós-coloniais.

Assim, para embasar as discussões crítico-teóricas, tomaremos como base as reflexões e os postulados de Candau (2012), Freire (2015), Bauman (2005), dentre outros. Alguns dos pontos a serem debatidos são: adolescência, práticas educativas, igualdade, diferença, o papel do professor e do aluno diante destas questões, no âmbito escolar. De posse das informações que serão arroladas, o professor poderá empreender debates e adotar uma postura de acordo com as

necessidades que surgem em seu espaço de atuação, visando melhor lidar com situações de conflito.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A adolescência é uma fase na vida de um indivíduo de muitas incertezas, muitas angústias e inúmeras experiências a serem vivenciadas. Não é uma fase fácil, mas o jovem busca nela uma identidade, um grupo ou comunidade que o acolha e o faça se sentir importante. E é nesta fase que a escola cobra mais e mais do aluno, exigindo dele posturas e decisões responsáveis, o que se torna um paradoxo, pois é um momento bastante subjetivo de construção do sujeito, e a escola lhe exige objetividade, levando-o na maioria das vezes ao desestímulo, o que acaba causando um dos maiores problemas que a educação vivencia hoje, a evasão escolar. Por não se sentir pertencendo àquele espaço, como que se estivesse deslocado, perdido, à deriva, o educando foge em busca de grupos com os quais ele se identifique, grupos em que ele se veja e seja visto. Infelizmente a escola sabe das diferenças com as quais convive, mas na maioria dos casos ignora tal fato, como observa Candau (2012, p. 236):

Diferentes manifestações de preconceito, discriminação, diversas formas de violência – física, simbólica, bullying - , homofobia, intolerância religiosa, estereótipos de gênero, exclusão de pessoas deficientes, entre outras, estão presentes na nossa sociedade, assim como no cotidiano das escolas. A consciência desta realidade é cada vez mais forte entre educadores e educadoras. Como afirmou um professor numa das pesquisas que realizamos recentemente, “as diferenças estão bombando na escola”.

E não se trata de pregar uma educação “livre”, sem exigências ou obrigações para o educando, mas sim de reconhecer que a identidade de um indivíduo é uma relação social e que a escola tem grandes responsabilidades neste processo, que é contínuo, de construção de identidade, seja ela coletiva ou individual. No entender de Freire (2015, p. 150-151):

[...] toda prática educativa implica sempre a existência de sujeitos, aquele ou aquela que ensina e aprende e aquele ou aquela que, em situação de aprendiz ensina também, a existência do objeto a ser ensinado e aprendido – a ser reconhecido e conhecido - o conteúdo, afinal. Os métodos com que o sujeito ensinante se aproxima do conteúdo que medeia o educador

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

ou educadora do educando ou educanda. Na verdade, o conteúdo, por ser objeto cognoscível a ser reconhecido pelo educador ou educadora enquanto o ensina ao educando ou educanda que, por sua vez, só o aprende se o apreende, não pode, por isso mesmo, ser puramente transferido do educador ao educando. Simplesmente no educando depositado pelo educador. A prática educativa implica ainda processos, técnicas, fins, expectativas, desejos, frustrações, a tensão permanente entre prática e teoria, entre liberdade e autoridade, cuja exacerbação, não importa de qual delas, não pode ser aceita numa perspectiva democrática, avessa tanto ao autoritarismo quanto à licenciosidade.

Neste sentido, compreendemos que é papel da escola traçar estratégias que viabilizem aos indivíduos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem uma diferenciação necessária para (re)construir/ (re)produzir a alteridade tornando o outro visível, (re)conhecível, identificável, pois ao tentar buscar uma igualdade, adotando uma postura, irresponsável de que no espaço escolar os sujeitos são iguais e tratados de uma mesma maneira, com os mesmos direitos e deveres, o que se tem feito comumente é separar, classificar, dividir, criando um processo de normalização que acaba por hierarquizar a educação. Não podemos esquecer que a identidade, assim como a diferença, é uma relação social que na maioria das vezes não se dá por um processo de escolhas, mas sim de imposição, maquiando a realidade “criminosa” das atuais práticas educativas, que mais excluem do que incluem os sujeitos/educandos do processo de ensino-aprendizagem.

Ao discorrer sobre igualdade, Candau (2012, p. 238) destaca:

A igualdade era concebida como um processo de uniformização, homogeneização, padronização, orientado à afirmação de uma cultura comum a que todos e todas tem direito a ter acesso. Desde o “uniforme” até os processos de ensino-aprendizagem, os materiais didáticos, a avaliação, tudo parece contribuir para construir algo que seja “igual”, isto é, o mesmo para todos os alunos e alunas. Nesta perspectiva, certamente impossível de ser alcançada, as diferenças são invisibilizadas, negadas e silenciadas, apresentando os processos pedagógicos um caráter monocultural, marcado pelo que Luisa Cortesão (Cortesão & Stoer, 1999) intitula de “daltonismo cultural”, isto é, a impossibilidade de reconhecer as diferenças culturais presentes no dia a dia das salas de aula. A articulação da afirmação da igualdade com a de sujeito de direitos, básica para o desenvolvimento de processos de educação em direitos humanos, está praticamente ausente das narrativas dos professores entrevistados.

Não se pode negar ou apagar a identidade do educando no contexto escolar. Não existe uma identidade padrão; logo, não pode a escola, instituir uma identidade como norma. Padronizar os sujeitos envolvidos no processo de

ensino-aprendizagem acaba por privilegiar uma identidade em detrimento de outras, criando uma falsa ideia de identidade positiva em oposição à identidades negativas, entendidas no contexto escolar como diferenças.

A diferença não precisa ser vista como oposta a identidade. A escola como espaço democrático deve trabalhar as diferentes identidades, a riqueza que existe em (re)conhecer o outro, as suas práticas e vivências, as mais diversas culturas que estão presentes na escola cotidianamente, despertando no educando um sentimento de pertença, que irá perpassar os muros da escola, tornando o indivíduo aprendiz em sujeito ativo na sua escola e conseqüentemente na sua comunidade.

É importante considerar com Bauman (2005, p. 17):

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age - e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”.

Em seu livro *Identidade* Zygmunt Bauman discorre com muita clareza o quanto a identidade é mutável e necessária ao indivíduo, visto que o próprio autor postula: “ a questão da identidade precisa envolver-se mais uma vez com o que realmente é: uma convenção socialmente necessária” (BAUMAN, 2005, p. 13). Se é necessário ter uma identidade, se o sujeito precisa ter uma identidade definida e se essa é uma convenção social, qual o papel da escola frente a isto?

No entender de Petit (2013, p. 23/24);

o desejo de pensar, a curiosidade, a exigência poética ou a necessidade de relatos não são privilégio de nenhum grupo social. Cada um de nós tem direitos culturais: o direito ao saber, mas também o direito ao imaginário, o direito de se apropriar dos bens culturais que contribuem, em todas as idades da vida, à construção ou à descoberta de si mesmo, à abertura para o outro, ao exercício da fantasia, sem a qual não há pensamento, à elaboração do espírito crítico. Cada homem e cada mulher têm direito de pertencer a uma sociedade, a um mundo, através daquilo que produziram aqueles que o compõem: textos, imagens, nos quais escritores e artistas tentam transcrever o mais profundo da experiência humana.

Para haver uma identidade construída os sujeitos precisam ter “consciência” de seu local, desenvolvendo um sentimento de pertença, identificando-se com a cultura local, que acaba sendo, se não a principal, uma das principais fontes de influência na formação deste indivíduo. A escola precisa levar a cultura do educando para a sala de aula, ele precisa perceber-se, não como ciência, mas como saber, como conhecimento importante para sua comunidade e para a sua nação.

A este respeito, Freire ( 2015, p. 147;148) pontua:

[...] volto a insistir na necessidade imperiosa que tem o educador ou educadora progressista de se familiarizar com a sintaxe, com a semântica dos grupos populares, de entender como fazem eles sua leitura do mundo, de perceber suas “manhas” indispensáveis à cultura de resistência que se vai constituindo e sem a qual não podem defender-se da violência a que estão submetidos. Entender o sentido de suas festas no corpo da cultura de resistência, sentir sua religiosidade de forma respeitosa, numa perspectiva dialética e não apenas como se fosse expressão pura de sua alienação. Respeitá-la como direito seu, não importa que pessoalmente a recuse de modo geral, ou que não aceite a forma como é ela experienciada pelo grupo popular.

Observa-se que, para dar conta da identidade cultural dos sujeitos que interagem no espaço escolar, desenvolvendo um sentimento de pertença, sem desrespeitar ou desmerecer nenhum dos saberes e ciências presentes, a interculturalidade é uma excelente estratégia, haja vista que haverá uma maior abertura diante do que a escola vem tratando como “diferente”: questões que envolvem cultura, etnia, língua dentre outros, tornando-se um espaço de relações democráticas e buscando o que Bauman nos comunica:

A política de identidade, portanto, fala a linguagem dos que foram marginalizados pela globalização. Mas muitos dos envolvidos nos estudos pós-coloniais enfatizam que o recurso à identidade deveria ser considerado um processo contínuo de redefinir-se e de inventar a sua própria história (BAUMAN, 2005, p.13).

Diante do exposto, destacamos que a proposta de intervenção que será apresentada no capítulo três da nossa dissertação visa propor um resgate da identidade local nordestina, através do trabalho com literatura local. A narrativa “*O Mistério das trezes portas no Castelo Encantado da Ponte Fantástica*” (2010), do escritor cearense José Flávio Vieira, por exemplo, trata da história de Mateu e de Catarina, personagens folclóricos da região do Cariri, conhecidos por qualquer morador daquela localidade.

O livro em apreço propõe uma história que envolve

esses personagens em diversas aventuras nas quais eles aparecem inclusive em diferentes histórias daquelas típicas da lenda local.

Na verdade o autor propõe, nesta obra, uma compilação de diversos elementos e figuras das lendas locais através de um olhar regionalista, sombreado por elementos da colonização portuguesa no Brasil; por utopias e distopias; elementos fantásticos, intertextualidade com literatura grega, inglesa (Shakespeare), a Bíblia, tudo isso promovendo a cultura local em um universo de fantasia, tipicamente nordestino. Estas questões são tratadas também através de figuras históricas da região, de modo que qualquer leitor local reconhecerá antigos moradores como personagens, promovendo o destaque do falar local, via crítica social e fantasia. Esta obra, exemplar típico da literatura infanto-juvenil, promove a identidade local, mesmo situando o leitor num universo literário global dá destaque aos repentes que acompanham cada aventura. Um CD também é parte integrante do livro, o qual contém músicas que tratam dos personagens folclóricos do livro.

Conforme pode ser observado, o texto em apreço constitui-se em um valioso exemplar de cultura regional. Neste sentido, a proposta de intervenção que será apresentada enseja a utilização de toda riqueza cultural contida nela para trabalhar com alunos do 9º ano, a cultura local, identidade regional e o sentimento de pertença. Esta empreitada constitui-se em valioso instrumento de trabalho para o professor e o aluno nordestinos tão vitimados por ataques preconceituosos que vêm sendo perpetuados no inconsciente coletivo regional, acerca da suposta inferioridade do nordestino e sua cultura. Assim, uma vez que este texto literário aborda a questão da identidade e da diferença de diversos personagens e sob diversas perspectivas, além de divertir o leitor, ele o instrui, inclusive através da promoção do conhecimento de sua cultura local e promove discussões pertinentes para o público-alvo acerca de identidades e diferenças.

## **CONCLUSÕES**

Na contemporaneidade, cada vez mais a escola tem se tornado um espaço “livre” para discussões sobre os mais diversos temas. Isto tem acontecido por diversos fatores, dentre eles o fato de que as famílias não são mais o espaço que por muito tempo foi para orientações e instrução dos filhos. A rotina de trabalho dos pais, o preconceito, a falta de conhecimento são fatores que colaboram com este novo cenário. Assim, tem sido a figura do professor que tem

ocupado o papel de mediador de discussões, sobretudo acerca de temas polêmicos e que envolvem tabus.

Nesse sentido, o texto literário tem sido o instrumento utilizado no contexto escolar para instruir, educar e formar o aluno, no intuito de desconstruir preconceitos e tabus, promovendo o despertar crítico para questões latentes ou que estejam fervilhando na mente e nos lábios de crianças e adolescentes. Diante disto, entendemos que o professor necessita instruir-se, em particular, sobre identidades e diferenças, haja visto serem um binômio tão importante nos dias atuais quanto desafiador. Este artigo buscou oferecer um leque de discussões e autores, bem como uma alusão a um trabalho com um texto literário que poderá ser de grande valor para o professor e sua prática docente diária.

Ademais, o despertar para o sentimento de pertença a uma identidade nordestina, por exemplo, revela-se um fator importante na construção e na valorização da identidade local, sobretudo pelo fato de ser esta marcada negativamente por construções ideológicas outremizadoras, o que revela ataques ao arquivo cultural local de um modo geral, o que envolve preconceito linguístico, dentre outros. Em tempos de globalização, isto é, do processo de uniformização do jovem brasileiro pelo padrão Rede Globo de Televisão, sobretudo via novela *Malhação*, a manutenção das identidades locais proscritas tem sido cada vez mais difíceis de serem preservadas pelas novas gerações, em virtude do “darwinismo cultural” promovido por este e outros veículos de comunicação, o que tem causado uma rejeição por parte dos jovens a tudo que se constitui local, inclusive o próprio sotaque, modo de falar e agir, etc. Através do texto literário, a escola pode negociar saberes, promovendo a desconstrução de estereótipos locais na busca por um a/olhar mais críticos por parte dos alunos acerca de ideologias raciais e imperialistas – em âmbito nacional.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BONNICI, Thomas. **Conceitos-chave da teoria pós-colonial** / Thomas Bonnici. – Maringá. PR: Eduem, 2005.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2011.



FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra. 2015.

PETIT, Michèle. **Leituras: do espaço íntimo ao espaço público**/ Michèle Petit; tradução de Celina Olga de Souza. – São Paulo: Editora 34, 2013 (1ª edição).